



## **PROCESSO Nº 026/2025**

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO OFERECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTES MUNICÍPIO, CONFORME OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDISBURGO/MG.

A Prefeitura Municipal de Cordisburgo/MG, através da Comissão de Contratação, divulga para conhecimento do público interessado que no local, hora e data adiante indicados, em sessão pública, receberá as propostas para **Credenciamento Eletrônico** de prestadores de serviços especializados no oferecimento de exames laboratoriais com fornecimento de todo material necessário para realização dos exames, conforme os termos e condições estabelecidas neste edital, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Cordisburgo/MG., com fundamento no art. 74, inciso IV c/c inciso I do art. 79 da Lei Federal nº14.133/2021:

#### **1 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

1.1. Os documentos para credenciamento deverão ser encaminhados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, **a partir de 07/02/2025**.

1.2. O envio da documentação, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

1.3. A comunicação entre a Comissão de Contratação, e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

1.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

1.5. Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que esteja vigente o presente edital de credenciamento.

#### **2 - DO CADASTRO NO SISTEMA PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**



2.1. Para participação no certame, a licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado pelo Município, qual seja, [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br), sendo observado o seguinte:

- a) O cadastramento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer credenciamento eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do portal de compras públicas ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 3 - DO OBJETO

3.1 - Constitui objeto o credenciamento de laboratórios (pessoa jurídica) especializados de prestadores de serviços especializados no oferecimento de exames laboratoriais, para os usuários do Sistema Único de Saúde deste município, conforme os termos e condições estabelecidas neste edital, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Cordisburgo/MG, exames, quantidades e preços conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	01	800	R\$ 7,00	R\$5.600,00
02	CONTAGEM DE PLAQUETAS	01	2.500	R\$3,70	R\$9.250,00
03	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	01	200	R\$ 12,00	R\$2.400,00
04	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	01	500	R\$ 3,70	R\$1.850,00



05	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL	01	500	R\$ 8,00	R\$4.000,00
06	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	01	600	R\$9,50	R\$5.700,00
07	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO	01	200	R\$ 6,00	R\$1,200,00
08	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	01	300	R\$ 10,00	R\$3.000,00
09	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	01	1000	R\$ 9,50	R\$9.500,00
10	DOSAGEM DE ACIDO URICO	01	600	R\$ 5,00	R\$3.000,00
11	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	01	400	R\$ 20,00	R\$8.000,00
12	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	01	900	R\$5,00	R\$4.500,00
13	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	01	900	R\$5,00	R\$4.500,00
14	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	01	900	R\$4,00	R\$3.600,00
15	DOSAGEM DE CREATININA	01	900	R\$5,00	R\$4.500,00
16	DOSAGEM DE FERRO SERICO	01	300	R\$5,75	R\$1.725,00
17	DOSAGEM DE GLICOSE	01	1.500,00	R\$5,00	R\$7.500,00
18	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	01	300	R\$12,00	R\$3.600,00



19	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	01	1.200	R\$15,00	R\$18.000,00
20	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	01	800	R\$12,00	R\$9.600,00
21	DOSAGEM DE POTASSIO	01	600	R\$5,75	R\$3.450,00
22	DOSAGEM DE SODIO	01	600	R\$5,75	R\$3.450,00
23	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	01	800	R\$11,50	R\$9.200,00
24	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	01	400	R\$5,00	R\$2.000,00
25	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	01	400	R\$5,00	R\$2.000,00
26	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	01	900	R\$5,00	R\$4.500,00
27	DOSAGEM DE UREIA	01	900	R\$5,00	R\$4.500,00
28	HEMOGRAMA COMPLETO	01	2.500	R\$ 8,00	R\$20.000,00
29	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	01	350	R\$13,00	R\$4.550,00
30	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	01	200	R\$17,50	R\$3.500,00
31	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	01	200	R\$17,50	R\$3.500,00
32	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	01	200	R\$17,50	R\$3.500,00



33	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	01	600	R\$7,00	R\$4.200,00
34	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	01	300	R\$9,00	R\$2.700,00

3.2. Poderão se credenciar todos os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

#### **4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

02.06.010-10.302.0434.2086-3.90.39.00.

#### **5 - DA DOCUMENTAÇÃO**

##### **5.1. – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
  - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
  - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

##### **5.2. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Comprovação de aptidão pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

##### **5.3. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



5.3.1. - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

1- Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente dos documentos em apreço, o Memorial de Cálculo correspondente, assinado pelo representante legal da empresa licitante e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Observações: Serão também aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

**I. Sociedades regidas pela Lei Federal nº. 6.404/1976 (Sociedade Anônima):** Publicados em Diário Oficial, ou publicados em jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente;

**II. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Simples Nacional, o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS.**

**III. Micro Empreendedor Individual – MEI, o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração Anual do Simples Nacional - DASN.**

**IV. Sociedades cadastradas no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar, na forma da lei, a seguinte documentação, extraída das fichas do Livro Digital:**

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício; e
- Recibo de entrega emitido pelo SPED.

**V. Sociedades criadas no exercício em curso: Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente;**

2- Os documentos relativos ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis somente serão aceitos se publicados em jornais oficiais (publicação original ou cópia autenticada que possibilitem inclusive a identificação do veículo e a data da publicação), ou cópias autenticadas retiradas do Livro Diário registrado na Junta Comercial, Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, ou em outro órgão equivalente, contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de



Contabilidade – CRC.

3- O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentadas para fins de habilitação após o último dia útil do mês de maio do corrente ano serão obrigatoriamente do exercício imediatamente anterior.

5.3.2. - Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

#### 5.4. – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.

d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:

- Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

F) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.5. Deverão ainda, as licitantes, apresentarem:

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002, de acordo com o Anexo III.

b) Termo de Adesão ao Credenciamento devidamente preenchido, conforme modelo contido no Anexo II.

5.7 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;



d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **6 – DO PROCEDIMENTO**

6.1. – A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, por ventura necessários.

6.2. – A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos pelo Edital de Credenciamento.

6.3. – Serão credenciadas todas as licitantes que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

7.1. – Caberá ao credenciado as seguintes obrigações no cumprimento do objeto deste credenciamento:

**I.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**II.** Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local descritos no termo de referência, anexo I deste edital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a descrição do serviço realizado.

**III.** A credenciada não poderá ultrapassar os limites estabelecidos neste edital, sendo sua a responsabilidade dos serviços excedentes e não autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde .

**IV.** Todas as despesas com encargos sociais, taxas, impostos de qualquer natureza, especialmente os de natureza previdenciária ou trabalhista, incidentes sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa credenciada.

**V.** Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais que possa advir, direta ou indiretamente à administração, ou ainda a terceiros, por ela causados ou por seus prepostos, no cumprimento do contrato.

**VI.** Prestar o serviço conforme as condições estipuladas neste Edital.

**VII.** Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no termo de referência, com observância as recomendações, normas e legislação.

**VIII.** Disponibilizar o resultado por meio eletrônico dos exames no prazo de até dez dias úteis, a contar da entrega das amostras no Laboratório, respeitando-se as condições deste Edital.

**IX.** Comunicar à Administração, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

**X.** Emitir e apresentar à Administração as notas fiscais de acordo com a Tabela de credenciados mensalmente.

**XI.** Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração;



**XII.** Manter atualizada a documentação solicitada neste Edital, durante todo o tempo que estiver credenciada.

7.2. – Manter-se durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

8.3.- O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

## **8 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. – A remuneração pelos serviços realizados obedecerá aos valores constantes neste edital..

8.2. - A Secretaria Municipal de Saúde efetuará o pagamento decorrente da concretização do objeto licitado, por processo legal, após a comprovação da prestação dos serviços, sendo necessária a apresentação dos documentos devidos, em até o dia 30 (trinta) do mês subsequente.

8.3. - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

8.4.- O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora de serviço tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

8.5. - Os pagamentos efetuados à prestadora de serviço não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

**onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

## **9 – DO CONTRATO DE ADESÃO**



9.1. O interessado que atender a todas as condições previstas neste edital será convocado para assinar o Contrato de Adesão, no prazo de 05 (cinco) dias contados da conferência da documentação, conforme modelo contido no Anexo II.

## **10 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

10.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto Municipal de nº 1.665/2023, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do



contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a



reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10., subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:



I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

10.3. Na aplicação das sanções será observado o Decreto Municipal de nº 1.665/2023.

## **11 – INSTRUÇÕES PARA IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de credenciamento, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para início do recebimento dos documentos para credenciamento, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [www.ammlicita.org.br](http://www.ammlicita.org.br)

11.2 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Comissão de contratação ou da comissão especial de credenciamento decidir sobre a mesma no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.3 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de contratação ou pela comissão especial de credenciamento.



11.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para recebimento dos documentos, se for o caso.

11.5 Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para início do recebimento dos documentos para credenciamento exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br).

11.6. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 3 (três) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida exclusivamente para o endereço eletrônico [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br).

11.7. Os recursos serão recebidos e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da comissão de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

11.8. A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação ou da comissão especial de credenciamento, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação.

11.9. A comissão de contratação ou da comissão especial de credenciamento não se responsabilizarão por impugnações e recursos que não sejam entregues na forma prevista na presente cláusula.

## **12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. – Faz parte integrante deste edital os Anexos, I, II e III.

12.2- Fica eleito o foro da Comarca de Paraopeba/MG, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas deste credenciamento.

12.3- Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br), pelo site [https://cordisburgo.mg.gov.br/](https://cordisburgo.mg.gov.br) ou e-mail [licitacao@cordisburgo.mg.gov.br](mailto:licitacao@cordisburgo.mg.gov.br).

12.4- Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, à Comissão de contratação por meio eletrônico, em formulário específico do provedor do sistema [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br). Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (31) 3715-1387/1484 ou através do e-mail: [licitacao@cordisburgo.mg.gov.br](mailto:licitacao@cordisburgo.mg.gov.br).



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORDISBURGO**

Setor de Licitações  
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 / 3715 1484  
[www.cordisburgo.mg.gov.br](http://www.cordisburgo.mg.gov.br) | [compras@cordisburgo.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.mg.gov.br)



Cordisburgo/MG, aos 03 de Fevereiro de 2025.

Edilaine Pereira de Freitas Souza  
Comissão de Contratação



**ANEXO I AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025, CREDENCIAMENTO Nº 001/202**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

Constitui objeto o credenciamento de laboratórios (pessoa jurídica) especializados na prestação de serviços de exames laboratoriais conforme os termos e condições estabelecidas no edital em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Cordisburgo/MG.

<b>ITEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>UN DE MEDIDA</b>	<b>DETALHAMENTO</b>
01	800	UN	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA
02	2.500	UN	CONTAGEM DE PLAQUETAS
03	200	UN	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)
04	500	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO
05	500	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL
06	600	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)
07	200	UN	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO
08	300	UN	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO
09	1.000	UM	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA
10	600	UN	DOSAGEM DE ACIDO URICO
11	400	UN	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA
12	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL



13	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL
14	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL
15	900	UN	DOSAGEM DE CREATININA
16	300	UN	DOSAGEM DE FERRO SERICO
17	1.500	UN	DOSAGEM DE GLICOSE
18	300	UN	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)
19	1.200	UN	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA
20	1.000	UN	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)
21	600	UN	DOSAGEM DE POTASSIO
22	600	UN	DOSAGEM DE SODIO
23	800	UN	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)
24	400	UN	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)
25	400	UN	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)
26	900	UN	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS
27	900	UN	DOSAGEM DE UREIA
28	2.500	UN	HEMOGRAMA COMPLETO
29	350	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)
30	200	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA
31	200	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA
32	200	UN	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)
33	600	UN	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS
34	300	UN	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS



2.0 A vigência do contrato poderá ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.1. Os serviços descritos no subitem acima devem ser executados conforme as informações contidas neste Termo de Referência, compreendendo:**

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:**

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de equipe assistencial devidamente capacitada para a coleta de exames, nem de instalações adequadas para a realização desses procedimentos. Além disso, o alto custo de manutenção de um laboratório próprio torna inviável sua implantação no momento.

2.2 A contratação de prestação de serviços de laboratórios (pessoa jurídica) especializados na realização de exames laboratoriais essenciais para saúde pública, uma vez que esse para os usuários do SUS é considerado essencial para a saúde pública visto que este exame é de finalidade diagnóstica de grande impacto para a saúde individual e coletivas.

2.3 A contratação de serviços laboratoriais pelo Município é fundamental para assegurar a efetividade das políticas públicas de saúde, promovendo agilidade e qualidade no atendimento à população. Esses serviços viabilizam a realização de exames clínicos essenciais para o diagnóstico, acompanhamento e tratamento de diversas condições de saúde, incluindo doenças crônicas, infecciosas e emergenciais.

2.4. A contratação de serviços laboratoriais considera que o Município de Cordisburgo/MG adota como referência a política de financiamento federal da Atenção Primária à Saúde, PREVINE BRASIL, é necessário cumprir indicadores que envolvem diversos exames vinculados. Entre esses indicadores, destacam-se os relacionados às gestantes, que precisam realizar exames laboratoriais em tempo oportuno, o que nem sempre é possível, uma vez que elas são encaminhadas ao município de Sete Lagoas, dependendo da disponibilidade de cotas de PPI.

2.5. A contratação de exames laboratoriais do Município deve disponibilizar cotas para exames laboratoriais que permitam a preparação dos pacientes para procedimentos cirúrgicos, devido ao aumento significativo de cirurgias realizadas pelo Programa Opera Mais. Por fim, existe uma alta demanda de exames reprimidos na Secretaria, que pretendemos equacionar por meio da reprogramação de recursos financeiros permitida pela LC 171.

2.1.1 Por fim, não há o Plano de Contratação Anual consolidado para o presente exercício, na hipótese em que não há a previsão de tal contratação.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A contratação, conforme quantidades e descrições contidas no termo de referência, visa atender a necessidade de fornecimento de material e execução de exames laboratoriais por motivo pelo qual é necessária a contratação pelo período de 12 meses.

## **4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. Contratação fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal n. 1.486/2022.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



5.1. São requisitos da contratação, além do disposto no Documento de Formalização de Demanda, apresentar:

a) Pelo menos 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

## **6. DOS EFEITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A contratação de serviços especializados em exames laboratoriais busca atender às demandas de saúde pública do Município, garantindo à população acesso a diagnósticos precisos e ágeis. Esses exames são fundamentais para a identificação precoce de doenças, permitindo intervenções médicas oportunas e reduzindo tanto complicações quanto os custos associados ao tratamento tardio.

A prestação desses serviços para os usuários do SUS é indispensável para a saúde pública, pois contribui significativamente para a promoção da saúde da população. Por meio do rastreamento, acompanhamento e suporte ao tratamento de diversas doenças, esses serviços desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade de vida e na eficiência do sistema de saúde.

## **9.0. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

9.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

## **10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias nº: 02.06.010-10.302.0434.2086-3.90.39.00.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

11.1A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato será realizada pela servidora Talita Nayara Rodrigues Leal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

## **12. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

12.1 Os serviços deverão ser realizados no laboratório ou em posto de coleta localizado no município de Cordisburgo-MG. A realização do exame será permitida somente após o paciente apresentar o pedido de exame devidamente carimbado pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Baseando nas notas fiscais emitidas pela futura contratada em decorrência de serviços que possuem a mesma natureza do que está sendo contratado pela Prefeitura Municipal de Cordisburgo, prestados anteriormente, estima-se o valor total



do contrato em de R\$: 184.475,00 (cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

## **14. DAS RESPONSABILIDADES**

### **14.1. DA CONTRATADA:**

#### **RESPONSABILIDADE GERAIS:**

14.1.1.1. A contratada responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

14.1.1.2. A contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

- a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.
- b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados.
- c) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato;
- d) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- e) Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas à contratação.
- f) Prestação do serviço em períodos presenciais e atendimento contínuo em regime à distância, bem como disponibilização de todos os equipamentos e serviços necessários à prestação do serviço;
- g) Exercer o controle de qualidade na execução dos serviços prestados, com base nos parâmetros determinados pelo CONTRATANTE.
- h) Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato a ser firmado, que envolvam o nome do CONTRATANTE, sem sua prévia e expressa autorização.
- i) Prestar todos os serviços em perfeita consonância com o termo de referência.

#### **15- RESPONSABILIDADE ESPECÍFICAS:**

- a) Substituir (ou refazer), em até 05 (cinco) dias, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- B)Assegurar que as amostras sejam armazenadas e transportadas em condições ideais para preservar a integridade.
- C)Assegurar que as amostras sejam armazenadas e transportadas em condições ideais para preservar a integridade.
- D)Capacitar a equipe em novas tecnologias, regulamentações e boas práticas laboratoriais.
- E)Entregar resultados de forma compreensível, garantindo sigilo e proteção de dados do paciente.



- F) Implementar controles para garantir que os resultados sejam precisos e consistentes.
- G) Realizar análises laboratoriais utilizando equipamentos calibrados e metodologias validadas.
- H) Manter processos que assegurem a precisão, exatidão e confiabilidade dos resultados.
- I) Utilizar técnicas adequadas e seguras, minimizando desconfortos para o paciente.
- J) Garantir a identificação correta das amostras para evitar trocas ou erros.

## **16. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**16.1.** O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

Nesse sentido já se manifestou o TCU:

*“No caso, a Administração não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores em 50% a esta”. (Fonte: TCU. Processo n° 500.117/96-9. Decisão n° 097/1997-Plenário)” (grifo nosso)*

10.1. Objetivando a instrução do processo, informamos que foram realizadas consultas e pesquisa nos bancos de preços públicos sobre os preços praticados para o objeto desta licitação, estando em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal n. 14.133/2021 e com o Decreto Municipal n. 1.671/2023, estimando-se o montante de R\$: 184.475,00 (cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

**Responsável por este termo** \_\_\_\_\_

**Gestor do contrato** \_\_\_\_\_

**Fiscal das Adesões ao credenciamento** \_\_\_\_\_



**ANEXO II AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025, CREDENCIAMENTO Nº 001/2025**

**TERMO DE ADESÃO DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, o profissional ....., CPF nº....., residente na ....., vem solicitar credenciamento no(s) item (s) abaixo especificados, conforme constante no Anexo I do Edital de Credenciamento nº 001/2025.

ITEM	QUANTIDADE	UN DE MEDIDA	DETALHAMENTO
01	800	UN	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA
02	2.500	UN	CONTAGEM DE PLAQUETAS
03	200	UN	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)
04	500	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO
05	500	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL
06	600	UN	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)
07	200	UN	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO
08	300	UN	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO
09	1.000	UM	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA
10	600	UN	DOSAGEM DE ACIDO URICO



11	400	UN	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)
12	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL
13	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL
14	900	UN	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL
15	900	UN	DOSAGEM DE CREATININA
16	300	UN	DOSAGEM DE FERRO SERICO
17	1.500	UN	DOSAGEM DE GLICOSE
18	300	UN	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)
19	1.200	UN	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA
20	1.000	UN	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)
21	600	UN	DOSAGEM DE POTASSIO
22	600	UN	DOSAGEM DE SODIO
23	800	UN	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)
24	400	UN	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)
25	400	UN	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)
26	900	UN	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS
27	900	UN	DOSAGEM DE UREIA
28	2.500	UN	HEMOGRAMA COMPLETO
29	350	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)



30	200	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA
31	200	UN	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA
32	200	UN	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)
33	600	UN	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS
34	300	UN	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS

No tocante à proposta de preços para prestação de serviços, aceito os mesmos conforme definidos no Edital.

Igualmente, informo que concordo com todas as condições estipuladas no edital.

.....

**Nome e assinatura do Profissional**



**ANEXO III AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025, CREDENCIAMENTO Nº  
001/2025**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)

.....

(representante legal)